

APOSTAR NO DIÁLOGO E NA NEGOCIAÇÃO

EDITORIAL**P.3** APOSTAR NO DIÁLOGO E NA NEGOCIAÇÃO**AÇÃO SINDICAL****P.4, P.5** NOVO CCT DA FNE E CNEF COM FATORES DE GRANDE VALORIZAÇÃO**P.6** ME ANUNCIA INÍCIO DE RONDAS NEGOCIAIS**P.7** PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO MERECE CRÍTICAS DA FNE**P.8, P.9** ROTEIRO PARA A LEGISLATURA 2022-2026 APRESENTADO AO PAN**P.10** CARTAZ CELEBRAÇÕES 1º MAIO UGT**P.11 À P.16** REPORTAGEM 14º CONGRESSO UGT**WEBINÁRIO****P.17 À P.20** VIOLÊNCIA NAS RELAÇÕES DE INTIMIDADE: LEGITIMIZAÇÃO TEM VINDO A DECRESCER**ENTREVISTA****P.21 À P.23** NOVO MODELO DE GESTÃO ESCOLAR LEVOU À EXTINÇÃO DO SINDICATO**NA MINHA OPINIÃO****P.24** UM NOVO GOVERNO, E AGORA?**NÃO DOCENTES****P.25, P.26** CARTA ABERTA AO SENHOR PRIMEIRO-MINISTRO, DR. ANTÓNIO COSTA**INTERNACIONAL****P.27, P.28** CONGRESSO DA NASUWT DEFINE ESTRATÉGIA PARA 2022**SAÚDE****P.29** COVID-19 PIOROU SAÚDE E BEM-ESTAR DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**LEGISLAÇÃO****P.30** DIPLOMAS PUBLICADOS EM DR DE 26 DE MARÇO A 25 DE ABRIL DE 2022**+VANTAGENS FNE****P.31** HÁ +VANTAGENS EM SER ASSOCIADO(A) DOS SINDICATOS DA FNE**FICHA TÉCNICA**

abril 2022

proprietário

Federação Nacional da Educação

diretor

João Dias da Silva

produção de conteúdos

Joaquim Santos e Tiago Soares

secretariado

Teresa Morais

sindicatos membros

Sindicato dos Professores da Zona Norte *

Sindicato dos Professores da Zona Centro *

Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e

Vale do Tejo *

Sindicato Democrático dos Professores do Sul *

Sindicato Democrático dos Professores dos Açores *

Sindicato Democrático dos Professores da Madeira *

Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas *

Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de

Educação da Zona Norte * Sindicato dos Técnicos Superiores,

Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro *

Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de

Educação do Sul e Regiões Autónomas

tesoureiro

Joaquim Fernandes

redação

Rua Pereira Reis, 399 * 4200-448 Porto *

tel. 225 073 880 *

secretariado@fne.pt

produção gráfica e paginação

Rafael Marques e Tiago Soares



APOSTAR NO DIÁLOGO E NA NEGOCIAÇÃO

Nas vésperas de mais um Primeiro de Maio, consideramos fundamental que se afirme de uma forma determinada a importância da aposta no diálogo e na negociação como bases essenciais para que se definam respostas sustentadas para a valorização dos trabalhadores que representamos - docentes e não docentes.

Esta exigência é particularmente relevante nos tempos atuais. É que temos bem consciência das especiais dificuldades que hoje se vivem e muito particularmente das incertezas que marcam o nosso futuro. Para que se preservem condições de segurança e de esperança em relação ao futuro, é indispensável que se trabalhe na base da valorização do fator trabalho, nomeadamente do crescimento dos salários.

Estas preocupações têm de ter tradução nas opções orçamentais.

Ora, este Primeiro de Maio ocorre praticamente no início da atual Legislatura e tendo por pano de fundo a aprovação do seu primeiro Orçamento de Estado. Para já, este documento não nos satisfaz e por isso não deixaremos de procurar intervir, particularmente junto dos Grupos Parlamentares, para que a versão final possa acolher as nossas preocupações.

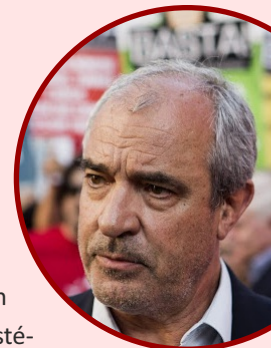
É por isso que dizemos que neste contexto de definição do Orçamento de Estado, é inaceitável que o Governo rejeite a proposta de que se estabeleça um aumento intercalar para os salários da Administração Pública, ignorando o impacto negativo que a inflação está a determinar na redução do poder de compra da generalidade dos trabalhadores portugueses.

Por outro lado, é importante registar que terminamos este mês com a primeira reunião com a nova equipa dirigente do Ministério da Educação, de quem se ouviu a afirmação de disponibilidade para a concertação social, reconhecendo que a maioria absoluta que suporta o Governo traz responsabilidades acrescidas.

Para a FNE, é indispensável que estas afirmações de partida não só tenham concretização no diálogo anunciado, mas que se traduzam ainda na capacidade de acolhimento do que forem as propostas que a FNE vier a apresentar.

A FNE coloca-se na inteira disponibilidade para apresentar propostas e contrapropostas, como é da sua natureza, e como aliás ficou bem patente na negociação que recentemente marcou a atualização do Contrato Coletivo de Trabalho celebrado com a CNEF, e que concluiu com importantes ganhos para todos os trabalhadores.

Um melhor futuro para os que representamos pode contar com todo o nosso empenho, quer no diálogo, quer na concertação, quer na afirmação veemente dos fatores que afirmem a sua valorização. É assim que atuamos; são estes os nossos valores sindicais.



João Dias da Silva
Secretário-Geral da FNE



NOVO CCT DA FNE E CNEF COM FATORES DE GRANDE VALORIZAÇÃO

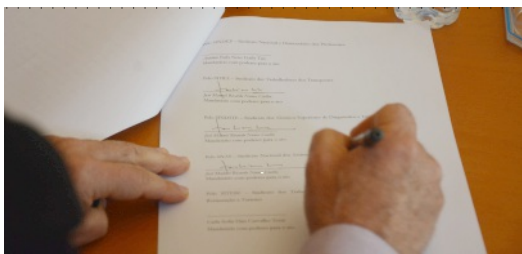
A Federação Nacional da Educação (FNE) e a Confederação Nacional da Educação e Formação (CNEF) assinaram na manhã de 7 de abril, na sede da Associação Nacional de Escolas Profissionais (ANESPO), em Lisboa, a revisão do Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) do Ensino Particular, Cooperativo e Profissional para 2022-2024, que contou com a presença do Secretário-Geral da FNE, João Dias da Silva, do Vice-Secretário-Geral da FNE e líder da Frente Negocial da UGT, José Ricardo Coelho e de Cristina Ferreira, Presidente do Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de Educação do Sul e Regiões Autónomas (STAAESRA).

Após um processo negocial que se estendeu por três meses, a FNE e a CNEF - entidade que representa a grande maioria dos empregadores do setor privado da educação e formação - chegaram a um acordo de revisão do CCT com fatores de grande valorização, que vai abranger cerca de

600 escolas e 32 mil trabalhadores docentes e não docentes.

O presente acordo, que entra em vigor em 1 de setembro de 2022, consagra a instituição de uma só carreira para todos os docentes com habilitação profissional de grau superior para a docência, sejam eles do Ensino Particular, do Profissional ou do Ensino Profissional Artístico.

Outro ponto a destacar é o facto de os formadores do ensino profissional, desde que tenham habilitação profissional para a docência na área técnica em que estão a lecionar em estabelecimento de ensino profissional, vão também para a carreira (tabela) A, acompanhando os professores do regime geral. Temporariamente, e por falta de condições, ficam apenas de fora os formadores das seis escolas do Ensino Profissional Artístico (EPA), para os quais se procurará uma resolução em futura revisão do CCT.



Um chamariz para novos aderentes é que este acordo reconhece o direito à contagem do tempo de serviço para progressão em carreira dos docentes e não docentes que se encontravam ao serviço nas escolas desde 1 de setembro de 2017 e que optaram por se manter afastados da adesão ao CCT, assinado pela primeira vez nesse ano. Com este novo acordo torna-se possível contar todo o tempo de serviço que tinham naquela data a docentes e não docentes que, entretanto, se sindicalizaram ou venham a sindicalizar-se no futuro, refletindo-se no dia 1 de setembro seguinte os efeitos desse tempo de serviço na carreira.

Um outro fator relevante tem relação com a contagem de tempo de serviço. Desta feita, o foco vai para o tempo que foi prestado antes de uma nova contratação, ou seja, na falta de acordo entre trabalhador e empregador, sobre o tempo de serviço anteriormente prestado em outros estabelecimentos de ensino, os sindicalizados e apenas estes, num dos Sindicatos que negociaram este acordo, têm sempre garantido o direito à contabilização de 70% desse tempo de serviço para efeitos de posicionamento na carreira.

Outro aspeto muito positivo desta negociação prende-se com a valorização de cerca de 6,5% dos salários no início da carreira dos docentes e formadores integrados na tabela A de remunerações e também uma valorização geral para os restantes trabalhadores que oscila entre os 2,15% e os 6%.

O novo acordo permite ainda a criação de tabelas específicas de vencimentos para o Pessoal Não Docente das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. As tabelas tiveram como referencial os valores do salário mínimo nelas definido.

Este acordo merece da parte da FNE algumas notas de cariz mais político como seja relevar a importância que a Contratação Coletiva tem para a valorização das instituições educativas e formativas, quer para a dignificação do trabalho, quer para a construção de um clima de paz social que se estabelece nas relações de trabalho dentro das instituições escolares.

A FNE destaca assim os valores da Concertação Social, em que acredita. Para a FNE, o diálogo, a seriedade na construção das propostas, a capacidade de procurar consensos com maior firmeza ou flexibilidade negocial e o compromisso das partes para as soluções encontradas, são marcas fundamentais para estabelecer um clima de confiança em todo o processo negocial e que favorecem naturalmente o resultado final.

A FNE sublinha que os trabalhadores só permanecem seguros na sua relação contratual com as suas entidades empregadoras se os seus direitos estiverem suportados, ou na adesão ao CCT, que deve ser feito diretamente ao empregador, ou na sindicalização, que é a forma direta de adesão à Convenção Coletiva de Trabalho.

Recorde-se que, em muitas escolas do país, uma parte significativa de professores trabalhavam com vencimentos pouco acima do salário mínimo nacional e o tempo de trabalho semanal estava totalmente desregulado, verificando-se uma enorme disparidade entre escolas quanto à forma como os horários eram construídos. Estes são apenas alguns exemplos da desregulação das condições de trabalho que se impunham ver resolvidos de forma urgente. Nesse sentido, a FNE não esconde que o acordo com a CNEF de 2017 foi o possível, dentro do objetivo que procurava há vários anos, que consistia em colocar um ponto final na desregulação laboral de docentes e não docentes do ensino profissional privado.



O novo acordo assinado em 7 de abril de 2022 constitui mais um passo em frente no sentido da valorização das carreiras dos profissionais da educação de todo o setor privado da educação (Docentes e Não Docentes do Ensino Particular e Cooperativo e Escolas Profissionais).

Aspeto muito positivo desta negociação é a valorização de cerca de 6,5% dos salários no início da carreira dos docentes e formadores integrados na tabela A de remunerações e também uma valorização geral para os restantes trabalhadores que oscila entre os 2,15% e os 6%.

ME ANUNCIA INÍCIO DE RONDAS NEGOCIAIS

O novo Ministro da Educação, João Costa e o Secretário de Estado, António Leite, receberam todas as organizações sindicais, no Auditório do Conselho Nacional de Educação, para uma reunião que serviu essencialmente para apresentar a nova equipa ministerial e as prioridades do Governo.

No decorrer da reunião, João Costa anunciou a intenção de apresentar aos sindicatos propostas de intervenção de urgência, para responder à insuficiência de professores, nomeadamente autorizando que as escolas das zonas onde existe uma maior carência de professores completem os horários disponíveis e que cerca de cinco mil docentes que recusaram horários e estavam impedidos de voltarem a concorrer possam agora concorrer.

Para a FNE "trata-se de medidas concretas e imediatas para fazer com que haja mais professores para responder às necessidades de final do ano letivo" com João Dias da Silva, à saída da reunião a sublinhar ainda a disponibilidade negocial do novo ministro" que apontou duas reuniões para o mês de maio, em datas ainda sujeitas a confirmação. "É muito positivo que se tenha iniciado o trabalho de articulação com as organizações sindicais", afirmou o Secretário-Geral da FNE, acrescentando que "esperamos que estas afirmações tenham agora concretização na marcação de reuniões, mas também na capacidade de acolhimento para as propostas das organizações sindicais. Não é apenas fazer reuniões, é preciso que tenham tradução no respeito e acolhimento dos pontos de encontro que for possível construir".

O Ministério apresentou também aos sindicatos algumas medidas que espera poder vir a implementar, tal como a alteração no próximo ano letivo das condições de renovação dos contratos de professores, permitindo uma maior estabilidade, a regulamentação da mobilidade por doença e a revisão das habilitações para a docência, sendo que estarão em cima da mesa a reavaliação do modelo de recrutamento, como tinha sido já avançado pelo anterior executivo, de forma a potenciar a vinculação mais rápida, a revisão dos modelos de formação inicial de professores, com o reforço dos estágios, que serão remunerados, e a atualização científico-pedagógica de professores que pretendam regressar à carreira.

O novo Ministro da Educação ouviu os representantes dos professores e transmitiu também as suas prioridades para o setor que, incluem, por exemplo, o combate ao abandono e insucesso escolar, a recuperação das aprendizagens e o problema da falta de professores, sendo que algumas destas medidas vão voltar a ser discutidas com as estruturas sindicais em negociações que deverão começar depois de aprovado o Orçamento do Estado para 2022.

Neste primeiro encontro com João Costa, a FNE insistiu na necessidade de se apostar no diálogo e na abertura de processos negociais, com a participação de todos os atores do setor, como fatores essenciais para o sucesso na determinação das políticas, no acompanhamento da sua execução e na sua avaliação, para que se garantam condições adequadas e dignas para o exercício profissional docente e não docente.

"Não é apenas fazer reuniões, é preciso que tenham tradução no respeito e acolhimento dos pontos de encontro que for possível construir".





PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO MERECE CRÍTICAS DA FNE

Em declarações à Agência LUSA, João Dias da Silva afirmou, relativamente ao processo de descentralização da Educação que "a FNE discorda deste processo desde logo por não contemplar a transferência de competências para a própria escola".

"Questionamos porque é que o estabelecimento de ensino não é um dos níveis da descentralização", disse o Secretário-Geral da FNE, considerando que o processo, em vez de simplificar, "vem burocratizar", e deveria "ser uma oportunidade de reforço da autonomia das escolas".

Já quanto à transferência da gestão dos trabalhadores não docentes para os municípios, a FNE considera que "é um fator de perturbação" e que nem faz "sentido que sejam os autarcas a terem a responsabilidade da gestão da contratação de trabalhadores", dos tempos de trabalho, de férias e de avaliação.

A lei-quadro da descentralização de competências para os municípios transfere, a partir de 01 de abril, escolas do ensino básico e secundário para as Câmaras, que ficam responsáveis pelo planeamento da oferta educativa, do transporte escolar, do investimento nos edifícios escolares, da gestão da ação social escolar, do fornecimento de refeições, da gestão das residências escolares, e da vigilância e segurança dos equipamentos educativos (em articulação com as forças de segurança).

Os municípios passam a ser responsáveis pelo "recrutamento, seleção e gestão do pessoal não docente".

Dados do início de 2022 indicam que tinham assumido esta competência 125 municípios, de um total de 278 concelhos do continente.

FNE considera que o processo, em vez de simplificar, "vem burocratizar", e deveria "ser uma oportunidade de reforço da autonomia das escolas".

OCDE PUBLICA REVISÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM PORTUGAL



A FNE e a OCDE coincidem nas dificuldades de operacionalização da Educação Inclusiva em Portugal

Na sua publicação *Revisão da Educação Inclusiva em Portugal*, de 23 de março de 2022, a OCDE cita a "Consulta Nacional Educação Inclusiva 2019" da FNE. Além de contribuir com esta publicação, o Grupo Consultivo da FNE em Educação Inclusiva participou em duas audições a pedido dos especialistas da OCDE, em 2021, uma em 22 de janeiro, a segunda em 11 de novembro. Nestas duas audições participaram pela FNE Alcino Silva, Fátima Carvalho, Joaquim Santos e José Carlos Lopes.

O âmbito de análise do estudo abrange desde o 1.º ciclo ao secundário superior e a análise no relatório centra-se em três áreas prioritárias, para as quais a OCDE apresenta recomendações: 1) reforçar a governação e financiamento da educação inclusiva; 2) desenvolver a capacitação para a diversidade e equidade; e 3) promover respostas ao nível da escola à diversidade de alunos. Para a OCDE, esta *Revisão* é do interesse de Portugal, assim como de outros países que buscam melhorar a equidade e a inclusão nos seus sistemas educativos.

Relativamente à primeira área, a OCDE apresenta quatro recomendações: Melhorar a governação da educação inclusiva através de melhores sinergias e mecanismos de responsabilização entre os diferentes níveis do sistema educativo; sustentar as estratégias de colaboração e consulta para ampliar a compreensão da educação inclusiva; melhorar a gestão dos recursos para a educação inclusiva e continuar os esforços para construir um sistema de financiamento coerente

para apoiar a equidade e a inclusão; e fortalecer a gestão da monitorização e avaliação ao nível de sistema de Educação inclusiva.

No respeitante à capacitação são focadas cinco recomendações, a começar por identificar e desenvolver boas práticas para promover a colaboração para abordar todas as dimensões da diversidade. As outras quatro são: expandir as oportunidades de formação contínua para os professores apoiarem a diversidade e a inclusão; implementar uma formação multicultural de professores para integrar cursos de diversidade, equidade e inclusão; melhorar o recrutamento, retenção e atratividade do ensino profissional para fortalecer a educação inclusiva; e promover o recrutamento de professores de diversas origens étnicas, culturais e linguísticas.

Quanto às respostas ao nível da escola para a diversidade de alunos a OCDE formula quatro recomendações, a começar pela introdução de um programa de formação para educadores e professores focado na promoção de práticas inclusivas em sala de aula, seguindo-se a formulação de orientações claras sobre o uso de recursos de apoio nas escolas e comunidades. As outras duas recomendações respeitam a assegurar que existe uma estrutura coordenada de apoio local às escolas e agrupamentos escolares (AE) na promoção da equidade e da inclusão e a fortalecer estratégias para as práticas de monitorização e avaliação da educação inclusiva nos níveis local e escolar.

O relatório *Revisão da Educação Inclusiva em Portugal* fornece, numa perspetiva internacional, uma análise das principais questões relativas à diversidade, equidade e inclusão na educação em Portugal.

PONTOS FORTES E DESAFIOS DA INCLUSÃO

O documento evidencia claramente que Portugal tem um quadro abrangente de educação inclusiva, muito embora o sistema de ensino continue principalmente orientado para a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais (NEE). A crítica estende-se a outros organismos como a Comissão Europeia, para quem o conceito de diversidade e inclusão cobre uma área muito mais abrangente. A respeito das NEE, a OCDE também nota que, embora a maioria dos alunos esteja em escolas regulares com acesso a recursos significativos para a inclusão, o uso atual de recursos tende a promover estratégias que podem levar a soluções separadas para alunos.

De um modo geral, sublinha-se que apesar dos esforços para coletar dados e avaliar alguns programas, falta uma estratégia coerente para monitorar e avaliar a equidade e a inclusão na educação. A OCDE sublinha que existe um número significativo de programas, estruturas e recursos humanos disponíveis para apoiar a equidade e a inclusão na educação, mas permanecem desafios quanto à sua gestão. De modo similar, considera ter havido um aumento da autonomia das escolas e autoridades locais, mas falta clareza e coerência quanto às responsabilidades e gestão da inclusão na educação.

Positiva é a ampla consciencialização e aceitação das políticas nacionais de igualdade educacional e inclusão, que fornecem uma base sólida para o desenvolvimento nas escolas. Porém, há uma variação na implementação da estrutura de política de educação inclusiva no nível da escola e no nível local.

Um ponto desafiante é que as autoridades educativas realizam consultas sobre educação inclusiva com as principais partes interessadas, mas a colaboração horizontal e vertical é por demais insuficiente. Por outro lado, o sistema de AE oferece possibilidades para a coordenação do apoio escola a escola, a fim de promover o desenvolvimento de práticas inclusivas, mas há uma colaboração limitada em todo o sistema educativo.

A OCDE releva que os professores em Portugal são altamente qualificados e valorizam a educação inclusiva. No entanto, a formação inicial de professores não os prepara suficientemente para lidar com a diversidade, equidade e inclusão. A juntar a isto, existem várias estruturas e ofertas de formação contínua, mas estas sobrecarregam consideravelmente os professores e carecem nalguns casos de treino prático. Finalmente, sublinha-se que o sistema centralizado de recrutamento e alocação de professores, bem como as estratégias de avaliação de docentes, levam a

uma denotada insegurança, que pode ter um impacto negativo na equidade e inclusão na educação.

RECOMENDAÇÕES DE CURTO E LONGO PRAZO

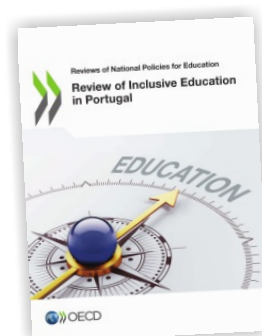
O diagnóstico da OCDE deixa a Portugal recomendações de política educativa, de curto e de longo prazo. Primeiro que tudo, melhorar a governação da educação inclusiva através de melhores sinergias e mecanismos de responsabilização entre os diferentes níveis do sistema educativo. De seguida, sustentar estratégias de colaboração e consulta para ampliar a compreensão da educação inclusiva e identificar e desenvolver boas práticas para promover a colaboração e construir capacidade para abordar todas as dimensões da diversidade.

De igual modo expandir a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania para incluir a Educação para a Justiça Social e as oportunidades contínuas de formação profissional para os professores. Também introduzir um programa de formação profissional focado na promoção de práticas inclusivas em sala de aula. Outras recomendações são o formular orientações claras sobre o uso de recursos de apoio nas escolas e comunidades, assegurar uma estrutura coordenada de apoio local às escolas e AE na promoção da equidade e inclusão e, por último, fortalecer as estratégias de monitorização e avaliação das práticas nos níveis local e escolar.

A longo prazo a OCDE cita melhorar a gestão de recursos para a educação inclusiva e continuar os esforços para construir um sistema de financiamento coerente. Na mesma linha, implementar a formação multicultural de professores para integrar cursos de diversidade, equidade e inclusão, melhorar o recrutamento, a retenção e a atratividade da profissão docente, promover o recrutamento de professores de diversas origens étnicas, culturais e linguísticas e ainda fortalecer a gestão ao nível do sistema de monitorização e avaliação.

Muitas das recomendações já se encontram na "Consulta Nacional Educação Inclusiva 2019" da FNE, que apresentámos à OCDE nas duas audições de 2021. Os resultados e as reivindicações lá feitas continuam a ser a base do pensamento da FNE para uma – esperemos que próxima - alteração do Decreto-Lei nº 54/2018, de 6 de julho, sobre Educação Inclusiva. Com a devida extensão do conceito de diversidade e inclusão muito para além dos alunos com NEE, não segregando, entre outros, os alunos mais desfavorecidos, as populações do interior, as diversas origens étnicas ou os alunos migrantes e refugiados.

De um modo geral, sublinha-se que apesar dos esforços para coletar dados e avaliar alguns programas, falta uma estratégia coerente para monitorar e avaliar a equidade e a inclusão na educação.





DIA MUNDIAL DOS TRABALHADORES

CONFERÊNCIA

10:00 Horas

O SINDICALISMO E OS JOVENS

Oradores: Hugo Baut | Cláudia Silva | Carlos Moreira

Moderação: Sérgio Monte, Secretário-geral Adjunto

14:30 Horas

DESAFIOS DO MUNDO DO TRABALHO AS MUDANÇAS DE PARADIGMA

Oradores: Dr. Vieira da Silva | Dr. Álvaro Pereira

Moderação: Catarina Pereira, jornalista

16:00 Horas

ENCERRAMENTO

Intervenção do Secretário-geral da UGT, Mário Mourão.

Sede da UGT

Auditório Delmiro Carreira

Rua Vitorino Nemésio nº 5 | Lisboa

UNIÃO GERAL DE TRABALHADORES





**É URGENTE REFORÇAR
A EUROPA SOCIAL
POR EMPREGOS DECENTES
E SALÁRIOS DIGNOS**

NEGOCIAÇÃO COLETIVA

**Carlos Silva
realçou que
"a negocia-
ção coleti-
va é funda-
mental na
democracia
e na liber-
dade sindi-
cal".**



UGT DEBATE NEGOCIAÇÃO COLETIVA NA VÉSPERA DO SEU CONGRESSO

No dia 22 de abril de 2022, véspera do seu 14º Congresso, a UGT organizou o Seminário Internacional "Situação e Perspetivas da Negociação Coletiva", em formato híbrido, presencial no Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas – CNEMA, em Santarém. Com a moderação de Soraia Duarte (painel da manhã) e Sérgio Monte (painel da tarde), respetivamente Secretária-Nacional e Secretário-Geral Adjunto da UGT, o seminário debateu o estado atual da negociação coletiva em Portugal, na Europa e a nível internacional.

A sessão de abertura foi conduzida por Carlos Silva, Secretário-Geral (SG) da central, seguindo-se o painel da manhã, dedicado à Situação da Negociação Coletiva em Portugal, composto por Paulo Pedroso (docente do ISCTE-IUL), José da Silva Peneda (ex-Ministro do Emprego e da Segurança Social e ex-Presidente do CES - Comité Económico Social), João Dias da Silva (SG da FNE) e Ricardo Bernardes (DGERT).

Paulo Pedroso fez um historial da negociação coletiva no nosso país nos últimos anos, assumindo como ideia inicial e principal que "as dificuldades na negociação não são um exclusivo português". Em sua opinião, são dificuldades que partilhamos com muitos outros países", considerando que "a pandemia trouxe uma notada desaceleração, mas que o pós-pandemia pode trazer uma oportunidade para a concertação social".

Por seu lado, José da Silva Peneda assumiu que "não vamos conseguir recuperar o ponto em que estávamos antes da entrada da Troika em Portugal, passando o futuro por novas abordagens e novas soluções". O SG da FNE, João Dias da Silva, concordou com aquele pensamento e alertou para "a necessidade do Estado reconhecer a importância dos sindicatos, de modo que os desafios de futuro da negociação coletiva possam ser enfrentados da melhor forma". Para João Dias da Silva urge combater a travagem verificada com a pandemia nos acordos coletivos", assim evitando "uma contaminação para o setor privado".

Acima de tudo “há que valorizar o trabalho dos sindicatos na negociação coletiva. E porque não obrigar as empresas que pedem financiamentos a aderir ao processo de contratação coletiva?” Ao fechar a sua intervenção no painel, o SG da FNE sugeriu que no futuro deste processo “têm de ser acrescentadas condições positivas para a segurança, saúde e para a vida pessoal, de forma a atrair mais adesões por parte dos trabalhadores aos contratos coletivos”.

Seguiu-se a intervenção de Ricardo Bernardes (DGERT), que abordou variadas questões relacionadas com a contratação coletiva em geral, focando-se no final na temática da mediação das negociações pela DGERT e nos desafios que esperam a negociação coletiva do futuro.

O painel da tarde apresentou uma perspetiva europeia e internacional da negociação coletiva, reunindo Oliver Ropke (Presidente do Grupo II dos Trabalhadores do Comité Económico e Social Europeu – CESE), Maria Helena André (Diretora da ACTRAV) e Esther Lynch (Secretária-Geral Adjunta da Confederação Europeia de Sindicatos – CES).

Oliver Ropke, Presidente do Grupo que representa os trabalhadores na concertação social das instituições da União Europeia, defendeu “ações concretas que produzam melhorias efetivas na vida dos trabalhadores da União”. O austríaco deixou ainda palavras elogiosas ao “Pilar Europeu dos Direitos Sociais”, assim como à relevância do CESE cujo objetivo final é “encontrar

compromissos e um grande consenso tripartido entre patrões, trabalhadores e setor social/ONG”.

Entre outros temas, Esther Lynch (CES) sublinhou ser necessário, no pós-pandemia, realizar-se uma reavaliação dos trabalhos levados a cabo predominantemente por mulheres, tais como cuidadoras, funcionárias de limpeza e outras profissões, outrora e durante muito tempo descritos como não qualificados, mas que a pandemia mostrou o seu verdadeiro valor profissional e para a sociedade em geral.

Já Maria Helena André, Diretora da ACTRAV, e ex-Ministra do Trabalho, congratulou-se por “finalmente voltarmos a falar de luta pelos direitos dos trabalhadores e estarmos preparados para seguir os caminhos que os desafios da Europa nos vão proporcionar”. No entanto, acrescentou estarmos ainda “longe de alcançar um desenvolvimento centrado no ser humano e é para isso mesmo que temos de trabalhar”.

A fechar o seminário, Carlos Silva fez ainda uma breve intervenção, em que realçou que a negociação coletiva é fundamental na democracia e na liberdade sindical. O encerramento final coube à Presidente da UGT, Lucinda Manuela Dâmaso, que considerou esta sessão, sobre a situação e perspetivas da negociação coletiva, “uma bela rampa de lançamento para o 14.º Congresso da UGT, que amanhã, 23 de abril, se inicia”.



“Têm de ser acrescentadas condições para a segurança, saúde e vida pessoal, de forma a atrair mais adesões por parte dos trabalhadores aos contratos coletivos” - João Dias da Silva



MÁRIO MOURÃO ELEITO NOVO SECRETÁRIO-GERAL DA UGT

“É urgente reforçar a Europa Social | Por Empregos Decentes e Salários Dignos”. Foi este o mote para o 14º Congresso da UGT, que teve lugar nos dias 23 e 24 de abril, de 2022, no CNEMA, em Santarém, e que elegeu Mário Mourão como novo Secretário-Geral (SG) e Lucinda Dâmaso como Presidente da central sindical para o quadriénio 2022-2026.

E foi precisamente Lucinda Dâmaso quem deu as boas-vindas a todos os congressistas, seguindo-se a lembrança de todos os sindicalistas que faleceram durante este mandato, seguido de uma homenagem ao povo ucraniano com a presença do Primeiro Secretário da Embaixada Ucraniana, que deixou ao Congresso palavras de agradecimento por tudo o que os Sindicatos da UGT têm feito para apoiar o seu país.

Carlos Silva, SG da UGT cessante, recordou depois a importância de Santarém no 25 de Abril de 1974, dizendo ao Presidente da Câmara desta

cidade, convidado deste evento, "que a escolha não foi por acaso, precisamente por ter sido dali que o Capitão Salgueiro Maia saiu em direção a Lisboa e à democracia".

A fase inicial do 14º Congresso teve proeminentes convidados internacionais como Sharan Burrow, Secretária-Geral da Confederação Sindical Internacional - CSI, Luca Vicentini, Secretário-Geral da Confederação Europeia de Sindicatos - CES, Oliver Ropke, Presidente do Grupo II dos Trabalhadores do Comité Económico e Social Europeu - CESE, Pepe Álvarez, Secretário-Geral da UGT Espanha, assim como relevantes nomes nacionais, como Helena André (OIT), Pedro Roque (Presidente da Tendência Social-Democrata), Francisco Assis (Presidente do Conselho Económico e Social), Ana Mendes Godinho (Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social), sendo unânime o elogio à disponibilidade constante da UGT para apostar no diálogo e na Concertação.

Carlos Silva, SG da UGT cessante, recordou depois a importância de Santarém no 25 de Abril de 1974, assumindo ainda que a escolha da cidade para o Congresso teve muito a ver com a data.

SÓ PERDE QUEM DESISTE DE LUTAR

Elogio que chegou também em videoconferência da voz do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, que lembrou que "vem aí um novo ciclo coincidente para a UGT, Governo e Presidência muito exigente e cheio de desafios, que faz apelo à criatividade", deixando ainda palavras positivas para o trabalho do SG Carlos Silva, que no Congresso terminaria nove anos de liderança à frente da Central Sindical.

Em seguida procedeu-se ao debate e votação do regimento do Congresso, aprovado por larga maioria, assim como o Relatório de Atividades 2017-2022. Os vários dirigentes que tomaram a palavra sobre este documento deixaram palavras de agradecimento ao trabalho da liderança que terminava ali, com vários membros da FNE a recordarem o tempo fundamental que Carlos Silva sempre dispensou à Educação.

João Dias da Silva, SG da FNE, assumiu "ser uma honra e um privilégio ter um Relatório de Atividades destes para votar. Aqui podemos verificar que a UGT não esteve sentada nos gabinetes, nem desatenta. Esteve sempre próxima dos trabalhadores e no caso da Educação esteve sempre pronta para alertar o Governo para os nossos problemas, acompanhando a FNE em vários momentos". João Dias da Silva realçou que "foram cinco anos de patamar excecional e acreditamos na capacidade de Mário Mourão para o manter. Com este tempo, com esta ação e com este passado, não podemos ter medo do futuro". No seu discurso de despedida, Carlos Silva salientou que "uma das coisas que mais gosto me deixa foi ter feito tanta coisa para que o interior do país não seja esquecido. E também o reforço do papel das Uniões da UGT, que tanto acompanhei e ajudei neste período, de forma a reforçar os laços com zonas que precisavam de maior atenção". As últimas palavras de Carlos Silva foram um verdadeiro testemunho dos seus dois mandatos à frente da UGT: "Só perde quem desiste de lutar. E eu nunca perdi, porque nunca desisti de lutar".

O Relatório de Atividades foi aprovado por larga maioria do Congresso, seguindo-se a votação da Resolução Programática com vários pontos referentes à Educação e onde ficaram gravadas reivindicações como a luta por profissionais mais valorizados e reconhecidos, uma educação mais inclusiva, com equidade, sem precariedade e com soluções para a falta de professores que já hoje se nota em Portugal.

PELO AUMENTO MÉDIO DOS SALÁRIOS

A Resolução Programática destina-se ao próximo quadriénio, e nela se defende que Portugal só se tornará mais desenvolvido e competitivo se apostar no crescimento, investimento e emprego, de forma a promover a convergência com a União Europeia (UE). O texto traça as linhas de ação da central sindical, nas mais diversas vertentes, incluindo os compromissos que a UGT pretende assumir no próximo mandato, "num posicionamento de reivindicação e de propositura". Esta Resolução foi aprovada por aclamação, com o Congresso a votar em seguida sete moções, enquanto decorria a votação para o novo líder da Central.

Moções aprovadas, hora de saber os resultados da votação para a liderança. E sem surpresa Mário Mourão, Presidente do Sindicato dos Bancários do Norte, foi eleito novo SG da UGT com 455 votos a favor, 77 votos contra e 21 abstenções. No seu primeiro discurso como líder da central, defendeu que "o Governo, enquanto empregador, deve aumentar os salários dos trabalhadores do Estado" e prometeu que "a valorização salarial será a prioridade da UGT nos próximos quatro anos".

Num momento económico complexo e em contexto de guerra na Europa, Mourão referiu que "a UGT, no âmbito da Concertação Social, vai exigir uma discussão ainda mais profunda para a adoção de medidas imediatas de apoio não apenas às empresas, mas também a quem sobrevive dos escassos rendimentos do seu trabalho. Vamos pugnar com determinação pelo aumento médio dos salários", disse.

"Temos também de deitar mãos à obra para atingir um outro desígnio no campo da concertação social, tornando-a mais produtiva e ultrapassando o gueto em que se encontra e de onde ressaltam poucos resultados práticos". Mário Mourão fechou o seu discurso salientando que "a concertação social não anula, não impede, não invalida a negociação coletiva bilateral com os sindicatos e empregadores, que terá de se revestir de um papel mais dinâmico e interativo, concedendo um papel mais relevante aos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho".

O 14º Congresso da UGT encerrou perto das 15h00 do dia 24 de abril, abrindo à UGT e a Portugal uma nova porta de esperança para os trabalhadores de todos os setores de atividade.

João Dias da Silva, SG da FNE, assumiu "ser uma honra e um privilégio ter um Relatório de Atividades destes para votar".



**Reveja as
interven-
ções dos
dirigentes
da FNE no
14º Con-
gresso da
UGT**



**Fotos
UGT**

VIOLENÇA

NAS RELAÇÕES DE INTIMIDADE

WEBINÁRIO
14 abril 2022
17h00 às 20h00

fne
www.fne.pt

webinar

A participação é gratuita mas com inscrição obrigatória



**SÓNIA
CARIDADE**

Professora e investigadora
na área da violência



**LINA
LOPES**

Presidente da Comissão
de Mulheres da UGT



**RITA
NOGUEIRA**

Psicóloga Clínica
e da Educação



**JORGE
ASCENÇÃO**

Presidente da
CONFAP



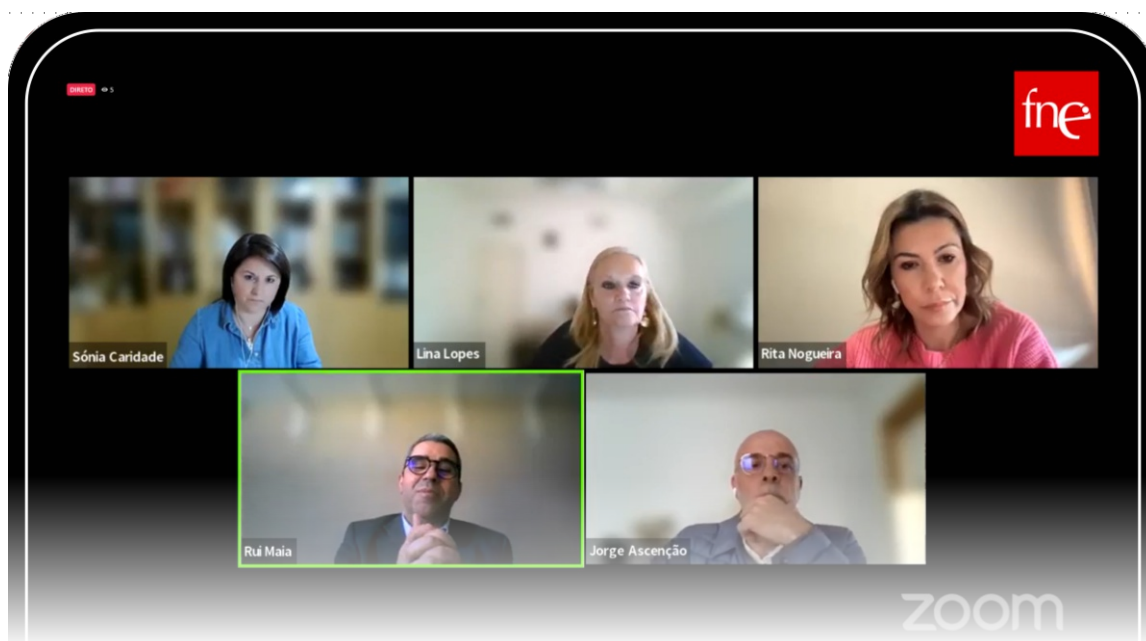
**RUI
MAIA**

Centro de
Formação da FNE
(Moderador)

f LIVE facebook.com/fmeduca
facebook.com/canal4pt

CANAL • WWW.CANAL4.PT





VIOLÊNCIA NAS RELAÇÕES DE INTIMIDADE: LEGITIMIZAÇÃO TEM VINDO A DECRESCER

Sónia Caridade, Professora e investigadora na área da violência, foi a oradora convidada do Webinar "Violência nas relações de intimidade" (VRI), organizado em 14 de abril de 2022 pela FNE, AFJET e Canal4, numa sessão que contou com Lina Lopes (deputada e Presidente da Comissão de Mulheres da UGT), Rita Nogueira (Psicóloga clínica e da Educação) e Jorge Ascensão (Presidente da CONFAP) como comentadores, e com a moderação do Professor Doutor Rui Maia, do Centro de Formação da FNE.

Foi em torno da eficácia e desafios relativos a políticas de presente e futuro sobre "Violência nas relações de intimidade" que versou o início da intervenção de Sónia Caridade. "Será o amor uma doença que nos torna mais fortes?" questionou, respondendo em seguida que "muitas vezes o amor cria dependências, inseguranças, atentados aos direitos e liberdades de cada um. Comportamentos que podem levar à prática de crimes. Por isso existem vários estudos que nos fazem entender o fenómeno de forma que sejam delineadas políticas públicas".

Sónia Caridade venceu que a Organização Mundial de Saúde "considera a violência física, psicológica e sexual um problema de saúde e social. E é

cada vez mais necessário estarmos atentos a abusos no início das relações, que podem potenciar dinâmicas demasiado intensas e agressivas".

A investigadora pôs em evidência o problema adicional que o digital está a criar para a temática da violência, pois "existem cada vez mais situações de sexting, cyberbullying ou cyberdating que servem como formas de controlo, que temos de saber contrariar. Em sua opinião, sustentada por anos de investigação, existe uma relação entre violência oficial/presencial e a violência no namoro offline. Os ciúmes, por exemplo, são um relevante fator de risco para o cyberbullying. Mas, felizmente, dados obtidos em vários estudos sustentam que a legitimação desta violência tem vindo numa tendência decrescente na sociedade, com atitudes de reprovação maiores do que há 10, 20 anos.

Esta tendência decrescente na concordância com as crenças tradicionais sobre violência íntima, sobretudo entre rapazes e adolescentes mais velhos, deve-se muito ao impacto das campanhas oficiais e ações visando a prevenção e o apelo aos meios de comunicação para dar atenção a este problema, assim como às ações preventivas, geralmente dirigidas a rapazes.

Rui Maia alertou para "a consciencialização e formação de todos os trabalhadores da educação para este tema, pois os docentes e não docentes devem estar preparados para resolver todas estas problemáticas".



"É cada vez mais necessário estarmos atentos a abusos no início das relações, que podem potenciar dinâmicas demasiado intensas e agressivas".

Sónia Caridade

PAPEL DOS PROFESSORES É ESSENCIAL

De qualquer forma, os dados mais recentes mostram que "os indicadores continuam preocupantes e que os jovens não procuram ajuda, e muito dificilmente revelam os problemas a alguém. Existem muitas barreiras e muitos não reconhecem sequer o carácter abusivo da relação, nem que estão eles próprios a ser vítimas. Existe muito medo, vergonha e muita crença na mudança".

Para Sónia Caridade "a solução passa por uma aposta cada vez maior na prevenção. Realizar campanhas, mudar paradigmas, apostar em modelos centrados no desenvolvimento positivo, podem facilitar uma maior resistência a fatores de risco. E apostar também na intervenção junto dos pais. No entanto, é sempre necessário avaliar o impacto que têm todos estes esforços".

Muito relevante é o papel dos professores, "que devem seguir determinadas regras e procedimentos, como conversar reservadamente com os seus alunos, mal suspeitem que algo se passa, não fazer juízos de valor, acreditar naquilo que lhes é transmitido, mas também expor os casos às autoridades competentes caso as provas apontem para casos de violência nas relações de intimidade".

Lina Lopes, Presidente da Comissão de Mulheres da UGT, teve a primeira intervenção de comentário. E começou por recordar os participantes deste webinar que "em 2013 o crime de violência doméstica passou a conter a violência no namoro e que, ao ser definido como crime público, deixou de ser apenas possível ser a própria vítima a apresentar queixa". Lina Lopes deixou uma palavra especial aos professores que "foram e têm sido muito importantes, com um papel fundamental na educação de muitos alunos, tal como todas as campanhas e trabalhos públicos feitos nesta área, que têm chegado à escola graças ao esforço dos docentes".

Lina Lopes reforçou a ideia de que "a violência psicológica e digital é superior à sexual e que a perseguição através dos meios digitais é hoje em dia um problema de grande dimensão". Em sua opinião, a violência no namoro não se resume ao ensino básico e secundário, pois "temos problemas semelhantes no âmbito do ensino superior. Porém, o Observatório da violência no namoro recebe poucas denúncias. Os jovens levam muitas vezes os problemas de casa para a escola e refletem os seus comportamentos naquilo que vivem em casa e que veem os pais fazer. E depois é preciso também refletirmos até que ponto situações contextuais como a presente guerra podem afetar ou agredir os jovens".

"E depois é preciso também refletirmos até que ponto situações contextuais como a presente guerra podem afetar ou agredir os jovens"
Lina Lopes

VIOLÊNCIA
NAS RELAÇÕES
DE INTIMIDADE

VIOLÊNCIA EMOCIONAL SUPERA A FÍSICA

Rita Nogueira, psicóloga clínica e da Educação, concordou com as ideias apresentadas anteriormente, sublinhando que "a intervenção tem que ser mesmo cada vez mais precoce. Mas cabe também a nós, amigos, familiares, colegas, estarmos preparados para entender alguns sinais que podem significar que alguém é vítima de violência numa relação de intimidade".

Essa intervenção precoce passa em grande parte por incluir, desde muito cedo, a educação das crianças, para que estas cresçam estáveis, mais protetoras de si mesmo e não se venham a tornar nem vítimas, nem agressores. Por esse motivo, salienta Rita Nogueira, "devemos emprestar uma forte visibilidade a este tema, não só porque ele existe, mas porque deixa marcas muito profundas no ser humano; consequências imediatas, mas também a longo prazo, criando perda de confiança, isolamento, solidão e pequenos medos que vão destruindo a vítima".

Para evitar efeitos nefastos, não se pode reduzir o problema à deteção da violência física, uma vez que "a violência psicológica é mais frequente e mais complicada de detetar. Mas temos também de entender que todos os agressores têm um passado e algo na vida que os levou a agir assim. Por isso, devemos parar para pensar se em algum momento de nossas vidas fomos vítimas ou agressores, ou qual é o nosso verdadeiro lugar numa relação".

A fechar a sua intervenção, Rita Nogueira sublinhou que "as relações são abusivas a partir do momento em que alguém magoa a outra pessoa. Se não estou bem e isso me magoa, há violência. E há muitas vítimas com feridas invisíveis..."

Jorge Ascensão, Presidente da CONFAP, fechou o painel de comentadores. A sua primeira ideia foi de que "existe ainda muita distância que separa a teoria da prática. A CONFAP tem estado envolvi-

da em várias campanhas contra o bullying e claramente estamos preocupados com a violência psicológica, que consideramos ser algo que não foi prevenido no passado". De seguida referiu o papel dos pais neste tema, considerando que "falta tempo aos pais para refletirem e detetarem estes problemas. A participação parental é pouca e isso merece atenção nesta questão. Será que muitas vezes existe violência no namoro porque os filhos veem os pais a serem assim? Temos de abordar cada vez mais o auxílio, o apoio, perceber se a escola conhece a família e vice-versa".

Para Jorge Ascensão, a pandemia deixou expostos vários problemas e gerou muitas incertezas. No seu parecer, "levamos a cabo várias ações, mas notamos que há muita vergonha, medo. A missão do professor é um grande desafio. As instituições educativas têm falta de meios e ao mesmo tempo têm de construir laços mais fortes com as famílias. É preciso incentivar a criação de instrumentos para as escolas, que passam pela formação de todos os seus atores. Até no recrutamento de profissionais isso deve ser tido em conta. A família tem de participar no processo construtivo e isso custa zero ao Orçamento de Estado".

Coube ao Professor Rui Maia, do Centro de Formação da FNE, moderar este webinar, pegando em temas como o da consciencialização e formação de todos os trabalhadores da educação para este tema, pois "os professores e o pessoal de apoio educativo devem estar preparados para resolver todas estas problemáticas. Depois de envolver no debate algumas questões colocadas pelos participantes, Rui Maia destacou o papel das Associações de Pais que, mesmo depois de um árduo dia de trabalho, precisam de ter capacidade e motivação para reunirem nas escolas, sem dúvida uma das organizações sociais e educativas mais relevantes para mitigar a questão da violência nas relações de intimidade.

"Devemos emprestar uma forte visibilidade a este tema, não só porque ele existe, mas porque deixa marcas muito profundas no ser humano; consequências imediatas, mas também a longo prazo" Rita Nogueira



**LINA
LOPES**



**RITA
NOGUEIRA**



**JORGE
ASCENÇÃO**



**RUI
MAIA**

entrevista



AIRES LOPES

Último Presidente do SINDLEP

NOVO MODELO DE GESTÃO ESCOLAR LEVOU À EXTINÇÃO DO SINDICATO

Nesta segunda parte da entrevista com Aires Lopes, o último Presidente do SINDLEP (Sindicato Nacional de Delegados e Subdelegados Escolares) fala-nos da razão da extinção do sindicato em 2006 e traça as diferenças do 1.º ciclo de hoje, que se deslocou das aldeias e pequenas vilas para os grandes aglomerados populacionais.



JORNAL FNE (JF) - QUANDO E EM QUE CIRCUNSTÂNCIAS É QUE O SINDLEP INTEGROU A FNSP? QUE MUDANÇAS SE REGISTRARAM COM A INTEGRAÇÃO NA FEDERAÇÃO?

Aires Lopes (AL) - O facto de nos termos, em todos os momentos, colocado à frente de interesses pessoais, a valorização da instituição foi determinante para que aceitássemos um convite para integrar a FNSP e assim ser parte de uma estrutura que apostava num sindicalismo responsável e eficaz, um sindicalismo de proposta, de diálogo e, sempre que necessário, de luta. Sobretudo, como lhe disse no princípio, fomos encontrar na FNE um tipo de sindicalismo de proposta e diálogo. Com pessoas bem experientes e nós tivemos a capacidade de nos conseguirmos integrar neste espírito e aprender, porque nós éramos professores do ensino primário, não tínhamos prática de sindicalismo e, portanto, fomos sempre caminhando lado a lado, solidários, apresentando propostas, mas sempre transmitindo aquilo que eram os nossos valores, interesses e sobretudo aqueles que eram os interesses dos profissionais da educação que trabalhavam nas Delegações Escolares.

JF - O DESPACHO 23 873/99, DO ENTÃO MINISTRO GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS, RECONHECEU O PAPEL DETERMINANTE DAS DELEGAÇÕES ESCOLARES E DOS QUE AÍ EXERCERAM FUNÇÕES. O QUE É QUE NUNCA FOI RECONHECIDO ÀS DELEGAÇÕES ESCOLARES?

AL - Sim, destaco a conquista que foi a publicação do Despacho 23 873/99, do então Ministro Guilherme d'Oliveira Martins, porque reconheceu o papel determinante das Delegações Escolares e dos que aí exerceram funções e o direito reconhecido a poderem ser candidatos, naturais, aos órgãos de gestão dos novos Agrupamentos Escolares.

SINDLEP TERMINOU SEM DRAMATISMOS

JF - DE QUE MODO É QUE O SINDLEP INFLUENCIOU O RUMO DA FNE?

AL - Sempre nos baseámos numa reciprocidade responsável e solidária e assim se manteve com a FNE, a quem “oferecemos” na altura uma dimensão nacional, pelo facto de sermos um sindicato com representação em todo o país. Percorremos um longo caminho, recheado de alguns dissabores. Mas sejamos justos, também de muitas alegrias e vitórias, do qual, todos aqueles que serviram as Delegações Escolares, os Educadores de Infância, os Professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico e, naturalmente o SINDLEP, se devem orgulhar.

JF - COMO É QUE OLHA PARA O 1.º CICLO DE HOJE?

AL - Hoje podemos dizer que o 1.º Ciclo é um nível de educação e ensino que, integrado no agrupamento de escolas, deixou de estar isolado em termos pedagógicos e isso pode ser considerado como um benefício para os docentes e para os alunos. Porém, o 1.º Ciclo, que tem especificidades ligadas sobretudo à monodocência e à necessária ligação e proximidade às Famílias, perdeu com essa integração, no sentido em que foi “colonizado” pelas normas e pelo funcionamento dos restantes ciclos e deslocou-se das aldeias e das pequenas vilas para os grandes aglomerados populacionais, absorvendo as regras da educação urbana, considerada mais moderna, mas também, talvez, mais impessoal.

"Nós éramos professores do ensino primário, não tínhamos prática de sindicalismo e, portanto, fomos sempre caminhando lado a lado, solidários com a FNSP".



JF - QUAIS SÃO AS GRANDES DIFERENÇAS COMPARATIVAS COM OS TEMPOS DE EXISTÊNCIA DO SINDLEP?

AL - Acreditamos que no tempo vigente do SINDLEP se verificava uma maior unidade entre os docentes do 1.º Ciclo, possivelmente justificada pelo “isolamento” em pequenas escolas. A gestão corrente da vida das escolas, ligada como agora às autarquias, era mais rápida porque menos burocrática, pois não estava sujeita às regras da contabilidade pública. O sucesso dos alunos, do ponto de vista escolar, seria menor, mas seria, certamente, maior do ponto de vista familiar e social, derivado à proximidade da Família.

JF - QUE RAZÕES LEVARAM AO DESAPARECIMENTO DO SINDICATO?

AL - Acima de tudo é importante dizer que o SINDLEP terminou sem dramatismos, sem constrangimentos de qualquer ordem, depois de percorrer mais de duas décadas cumprindo uma missão muito particular, mas liberta de qualquer corporativismo. Depois, com a implementação do novo modelo de Gestão – Agrupamentos de Escolas ficou posta em causa a continuidade das Delegações Escolares, levando à natural extinção do sindicato.

JF - O SINDLEP TERMINOU EM 2006. QUE MARCAS DEIXOU NA HISTÓRIA DO SINDICALISMO DA EDUCAÇÃO EM PORTUGAL?

AL - É possível dizer que, reconhecidamente, o SINDLEP deixou o testemunho de um Sindicalismo de proposta. Um sindicalismo responsável que não se limitou a contestar e a combater. A força de ser solidário, de que falei no início da nossa conversa, foi a marca que acompanhou sempre, toda a Família SINDLEP. O SINDLEP terminou, mas não terminaram os encontros e os reencontros. A marca da Amizade, construída e consolidada no local de trabalho, ao longo de muitos anos e nos momentos de encontros de convívio, de unidade e de festa, tiveram continui-

dade na ANADLES – Associação Nacional de Amigos das Antigas Delegações Escolares.



Foram publicados 103 números de «A Delegação», publicação oficial do SINDLEP

PROFESSOR E SINDICALISTA

Aires Serafim Moreira Lopes, no contexto profissional, foi Professor do Ensino Primário - com leçãoção no 1.º Ciclo do Ensino Básico e CPTV; Professor de História nos 2.º e 3.º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário e Formador do Instituto Português da Juventude - IPJ. Exerceu as funções de Delegado Escolar do Concelho de Vila Nova de Poiares e de Coimbra entre outras funções em instituições de ensino na área de Coimbra. No contexto Sindical, além de Tesoureiro da Direção e Presidente do SINDLEP foi ainda membro do Secretariado Nacional, do Conselho Geral e do Secretariado Executivo da FNE assim como Vogal do Conselho Fiscal do SPZC e Membro do Secretariado Nacional da UGT.

Acreditamos que no tempo vigente do SINDLEP se verificava uma maior unidade entre os docentes do 1.º Ciclo, possivelmente justificada pelo “isolamento” em pequenas escolas.

UM NOVO GOVERNO, E AGORA?

Tomou posse um novo Governo assente numa maioria absoluta estável do Partido Socialista. Altera-se, portanto, profundamente o cenário político dos últimos seis anos, em que, por força dos acordos da “Geringonça” feitos com o PCP e o BE, a desejável negociação e debate com os parceiros sociais, muito particularmente com os Sindicatos, praticamente não existiu. Espera-se que agora volte a ser dada a devida importância aos contributos e à disponibilidade para uma negociação credível com os sindicatos plurais e democráticos, nos quais nos incluímos.

Apesar de haver sempre uma natural tentação para se fazerem comentários sobre os novos ministros, é importante que nos concentremos, acima de tudo, nas ações políticas e nas eventuais reformas que venham a ser propostas. Da leitura do Programa de Governo para a área da Educação é expetável que, dentro de pouco tempo, possam chegar ao nosso conhecimento, as primeiras propostas sobre concursos de docentes, sobre redução da área geográfica dos QZPs, sobre estabilidade docente e sobre formação inicial de professores.

Para estas e outras matérias, e em devido tempo, já a FNE elaborou o seu Roteiro para a Legislatura 2022-2026, no qual elencámos o que entendemos ser as principais matérias a serem negociadas, assim como as nossas propostas devidamente fundamentadas, com o objetivo claro de colaborarmos para um melhor sistema educativo e uma maior atratividade da profissão docente. Conhecidos que são os variadíssimos fatores de perturbação presentes no dia a dia das nossas escolas, recordam-se alguns que são fatores transversais a todos os níveis de ensino:

- Um modelo de avaliação docente que não garante nem transparência nem equidade nem rigor, fatores fundamentais para um desejável processo avaliativo, bastante agravado com as incompreensíveis barreiras no 4º e 6º escalões, dando ainda origem a um mal-estar entre docentes e órgãos de gestão;

- A indistigável e preocupante falta de docentes que, conjugada com um corpo docente cada vez mais envelhecido, perspectiva algo de muito negativo para o futuro das nossas escolas;

- A grande instabilidade profissional, que obriga os professores a arrendarem uma segunda habitação ou a percorrerem milhares de quilómetros por ano, situação brutalmente agravada pelos recentes aumentos dos combustíveis e bens de primeira necessidade, coloca em risco a sustentabilidade financeira e a estabilidade familiar de cada um destes docentes;

- O injusto congelamento de mais de seis anos de carreira, que afeta negativamente a maioria dos docentes e inviabiliza a chegada ao topo da carreira a muitos outros, são duplamente penalizados pelas quotas de acesso ao 5º e 7º escalões;

- A prolongada confusão entre o que é ou não considerado atividade docente e o excesso de trabalho burocrático prejudicam a desejável concentração na atividade docente e geram graves situações de injustiça.

Não podemos nunca deixar cair no esquecimento os problemas específicos e inerentes dos docentes do ensino pré-escolar, do 1º ciclo do ensino básico, da Educação Especial, assim como a real problemática dos docentes contratados e dos docentes do ensino superior.

Que rapidamente o Ministro da Educação e a Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior nos convoquem para as mesas negociais, locais próprios para a negociação sindical.



Manuel Teodósio
Presidente em exercício do SPZC

CARTA ABERTA AO SENHOR PRIMEIRO-MINISTRO, DR. ANTÓNIO COSTA



Senhor Primeiro-Ministro: nos termos do n.º 2 do artigo 198.º da Constituição da República Portuguesa, a competência legislativa de quem ganha as eleições é matéria res-

peitante à sua própria organização. O programa a adotar deverá ser estruturado com base no cumprimento das prioridades da causa pública, indo de encontro às necessidades, desafios e compromissos assumidos.

Senhor-Primeiro-Ministro: serve isto para introduzir aqui o tema da Educação e nomeadamente a questão dos Não Docentes. A resiliência que temos, o compromisso que assumimos, a vontade que manifestamos e o amor que empenhamos para com os alunos, não nos deixa definhar facilmente. Cumprimos com honra e lealdade as insígnias que assumimos defender quando entramos para a Função Pública.

Senhor Primeiro-Ministro: de todos os assuntos, o mais melindroso é a atualização salarial dos Assistentes Técnicos (AT). É uma questão de respeito. Não podemos privilegiar uns em detrimentos dos restantes. Não fossemos nós tolerantes e dedicados à causa e já havia estabelecimentos fechados por falta de pessoal auxiliar, administrativo ou técnicos superiores. A lista de necessidades é tão grande que vai desde os recursos humanos aos recursos financeiros, passando pelas necessidades do dia-a-dia.

Senhor Primeiro-Ministro: não duvidamos que conhece a lista reivindicativa. Permita no entanto que a volte a referir novamente. Não na totalidade por ser extensa, mas o que mais sentimos como prioritário:

1. Atualização remuneratória de valor igual ao da inflação esperada para 2022 e do valor do subsídio de refeição para cinco euros.
2. Revisão das carreiras e alteração da estrutura remuneratória dos assistentes técnicos, sendo a primeira posição de nível cinco de 709.46 euros, totalmente desajustada quando comparada com outras de igual grau de complexidade funcional.
3. Elaboração de portaria que regule os rácios dos assistentes técnicos das escolas para que sejam revistos e a seleção dos trabalhadores não docentes seja mais criteriosa e exigente, para que as escolas tenham um quadro de pessoal jovem, capaz e habilitado.



4. Avaliação do desempenho e Prémios de desempenho.
5. Rever/revogar o SIADAP que a generalidade dos serviços tem dificuldade em aplicar, eliminando-se a situação de estagnação no mesmo nível remuneratório por períodos de 10 anos, tornando a nova Administração Pública atrativa para os mais qualificados.
6. Fixação dos valores a atribuir para a pré-reforma, de modo que este instrumento contribua, também, para o rejuvenescimento e qualificação da Administração Pública. Propõe-se que o valor de todas as pensões seja atualizado em linha com a taxa de inflação prevista para 2022.
7. Maior investimento tecnológico e digital, designadamente naquelas situações em que as funções são compatíveis com o teletrabalho. E naturalmente equacionar apoios financeiros aos trabalhadores que suportam encargos acrescidos com esta nova forma de organização do trabalho (nomeadamente com custos de comu-

nicação, aquisição de computadores e outros).

8. Proteção social complementar dos trabalhadores em regime de contrato individual de trabalho; remuneração na consolidação da mobilidade inter-carreiras e suprimento de necessidades permanentes dos serviços públicos.

Senhor Primeiro-Ministro: somos pessoas de bem e disso temos dado provas. Mas não se pode pedir excelência a quem trabalha em condições precárias. Precisamos que olhe para os Não Docentes como parte integrante do ensino. Não podemos continuar a calar as reivindicações. Afirmamos nesta hora a importância que temos para continuar a assegurar o funcionamento das escolas e a qualidade do ensino.

Senhor Primeiro-Ministro: a situação é muito grave e exige uma resposta urgente e eficaz.

Por fim, solicitamos a V. Ex.^a uma audiência para que possamos retratar a realidade dos Não Docentes e o seu papel na escola, no ensino e no país.

José António Moreira
2º Vice-Presidente do STAAEZN

«Senhor Primeiro-Ministro: de todos os assuntos, o mais melindroso é a atualização salarial dos Assistentes Técnicos (AT). É uma questão de respeito.»



CONGRESSO DA NASUWT DEFINE ESTRATÉGIA PARA 2022

A NASUWT organizou a sua Conferência Anual de 2022, entre 15 e 18 de abril, em Birmingham, Inglaterra. Esta organização representa professores, incluindo diretores, em todo o Reino Unido, em todos os setores da educação, desde o pré-escolar até ao ensino superior e associa mais de 300 mil docentes. Assumindo-se como o único sindicato de professores em todas as regiões do Reino Unido, procura influenciar as políticas educativas na Escócia, País de Gales, Irlanda do Norte e Inglaterra.

Durante quatro dias foram ouvidos oradores convidados, debateram-se 23 moções, ouvidos mais de 100 representantes eleitos e recebidos convidados nacionais e internacionais. A FNE foi convidada para este evento e esteve representada por Alexandre Dias, membro advogado do Secretariado Nacional.

Mais uma vez, a Conferência, como órgão soberano de tomada de decisões, expôs os desafios enfrentados pela profissão docente e definiu a estratégia política da NASUWT para o próximo ano elegendo Angela Butler como Presidente.

As seis moções em debate na conferência destacaram as principais preocupações dos professores e foram amplamente debatidas:

- **Carga de trabalho e burocracia**
- **Salários**
- **Impacto do Covid19 na saúde mental dos professores e alunos**
- **Número de alunos por turma**
- **Ensino híbrido e excesso de trabalho**
- **Sustentabilidade**

Como sempre, as moções da Conferência foram selecionadas por votação dos membros, para garantir que as questões debatidas e as estratégias delineadas refletissem verdadeiramente questões que preocupam professores e diretores de escola.





Foi ainda realizada uma mesa redonda internacional em formato híbrido, onde os representantes internacionais deram a conhecer a situação atual da educação nos seus países e estruturaram estratégias de ação comuns com vista à dignificação da profissão docente e à cooperação entre organizações, no respeito pela paz e pela dignidade humana.

No discurso Final da Conferência, Patrick Roach, Secretário-Geral (SG) da NASUWT, acusou os diferentes governos de não valorizarem os profissionais da educação que se sacrificaram durante a pandemia, mantendo as escolas abertas, aprendendo e desenvolvendo novas competências, trabalhando em condições de insegurança comprovadas, muitos deles contraindo o vírus no seu local de trabalho.

Patrick Roach criticou a falta de investimento na profissão que se traduz num desânimo dos docentes e de um abandono massivo do sistema público de educação por parte dos docentes, por não refletir nos salários as competências e a responsabilidade a que os docentes estão obrigados. Afirmou ainda que o Trabalho afetou a saúde mental dos professores e é necessário um grande investimento na sua formação inicial e contínua dos professores, pois estes “formam pessoas e constroem nações”.



O SG da NASUWT referiu ainda que 70% dos professores experimentam níveis excessivos de stress e ansiedade, o que afeta a forma como interagem e ensinam os alunos e que o facto de estarem em modo de sobrevivência não lhes permite assumir o seu verdadeiro papel de transformadores sociais. Em resumo, será fundamental atrair novos docentes para a profissão garantindo as condições para que permaneçam na profissão.

Fora do salão principal de conferências, realizaram-se um conjunto de atividades paralelas entre sessões específicas sobre ação sindical e apresentação de projetos e atividades sindicais. Subordinadas ao título: SOUNDBITES foram feitas curtas apresentações de temas sindicais, em cerca de 30 minutos, que permitiram um debate focado sobre alguns assuntos que afetam diretamente a ação sindical: trabalho com a imprensa, dinamização regional, dinamização sindical, como influenciar políticos, luta contra a precariedade, recrutamento de novos associados, uso das redes sociais, entre outros. Além disso estiveram presentes vários expositores de organizações ligadas à educação.

Alexandre Dias - FNE

No discurso Final da Conferência, Patrick Roach, Secretário-Geral (SG) da NASUWT, acusou os diferentes governos de não valorizarem os profissionais da educação que se sacrificaram durante a pandemia.



Clique na imagem abaixo para aceder ao documento sobre as moções da Conferência anual da NASUWT



COVID-19 PIOROU SAÚDE E BEM-ESTAR DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A EUROFOUND, Fundação Europeia para a melhoria das Condições de Vida e de Trabalho, publicou em 21 de março do corrente ano o estudo “Pessoas com deficiência e a pandemia de COVID-19: resultados da pesquisa online *Viver, Trabalhar e a COVID-19*”, que explora a situação dos europeus com deficiência durante a pandemia.

Usando dados da terceira fase da pesquisa, realizada em fevereiro e março de 2021, a publicação compara a situação dos entrevistados com e sem deficiência em quatro áreas: acesso à saúde, bem-estar mental, situação financeira e otimismo em relação ao futuro. As análises mostram que em todos aqueles indicadores a situação das pessoas com deficiência piorou.

Uma nova Estratégia Europeia para a Deficiência foi lançada em 2021 com o objetivo de intensificar os progressos na garantia da plena participação das pessoas com deficiência na sociedade. O aumento do foco da política da União Europeia (EU) nas pessoas com deficiência é por demais oportuno. Porque na verdade a pandemia da COVID-19 ampliou a abrangência dos desafios que enfrentaram em muitas esferas das suas vidas.

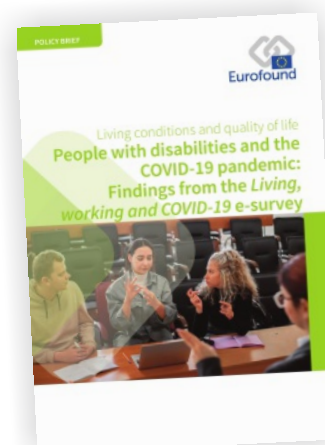
A EUROFOUND é uma agência tripartida da EU que disponibiliza informação com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento de melhores políticas sociais, de emprego e laborais. E são cinco as principais conclusões que Daphne Ahrendt extrai dos resultados deste inquérito. Logo a começar pelo facto de a saúde mental precária afetar uma grande proporção de pessoas com deficiência, requerendo-se uma atenção urgente para reduzir o risco generalizado de depressão entre esse grupo de cidadãos.

Em segundo lugar, a necessidade crucial de introdução de medidas para mitigar os fatores que levam a problemas de saúde mental, pois a pandemia da COVID-19 e as subsequentes restrições de isolamento social afetaram mais as pessoas com deficiência do que a população em geral. Em consequência, há uma necessidade urgente de melhorar o acesso aos serviços de saúde mental, pois um quarto dos entrevistados com deficiência relatou necessidades médicas não atendidas nessa área.

Em terceiro lugar, as pessoas com deficiência relatam mais dificuldade em fazer face às suas despesas, maior fragilidade financeira e atrasos mais elevados do que as pessoas sem deficiência. Daqui é fácil inferir o urgente reforço da sua participação no mercado de trabalho para colmatar esta grande lacuna na situação financeira.

Outra das conclusões tem que ver com o Plano de Ação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais para a Economia Social, que visa explorar o potencial da economia social e criar empregos de qualidade para um crescimento justo, sustentável e inclusivo. Aquele plano de ação é também visto como uma oportunidade para melhorar a saúde e bem-estar das pessoas com deficiência.

A quinta conclusão que o estudo da EUROFOUND destaca é que a melhoria da situação das pessoas com deficiência requer uma abordagem personalizada. Ações para aumentar o seu sentimento de pertença, por exemplo, podem ajudar a melhorar o bem-estar de jovens com deficiência, enquanto os aposentados beneficiam mais de ações que reduzam o seu alto risco de depressão. O trabalho da Eurofound sobre a COVID-19 examina as implicações socioeconómicas de longo alcance da pandemia em toda a Europa, à medida que elas continuam a afetar as condições de vida e de trabalho. Um elemento-chave dessa pesquisa é o inquérito online, realizado em três fases diferentes – abril e julho de 2020 e em março de 2021. Este trabalho é complementado pela inclusão de pesquisas sobre os efeitos contínuos da pandemia em muitas outras áreas de trabalho da EUROFOUND.



DIPLOMAS PUBLICADOS EM DR DE 26 DE MARÇO A 25 DE ABRIL DE 2022

Resolução do Conselho de Ministros

nº 34-A/2022 - DR nº 61/2022,

2º Suplemento, Série I de 2022-03-28

Presidência do Conselho de Ministros

Prorroga a declaração da situação de alerta, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

Despacho nº 3684/2022 - DR nº 62/2022,

Série II de 2022-03-29

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete do Ministro

Homologa a eleição do presidente do Instituto Politécnico do Porto.

Despacho nº 3685/2022 - DR nº 62/2022,

Série II de 2022-03-29

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete do Ministro

Homologa a eleição da presidente do Instituto Politécnico de Setúbal.

Portaria nº 132/2022 - DR nº 63/2022,

Série I de 2022-03-30

Educação e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Procede à primeira alteração à Portaria nº 61/2022, de 31 de janeiro, que regula o reconhecimento, a validação e a certificação de competências, no âmbito do Programa Qualifica.

Decreto do Presidente da República

nº 81-A/2022 - DR nº 63/2022, 2º Suplemento,

Série I de 2022-03-30

Presidência da República

Exonera do cargo de Primeiro-Ministro do XXII Governo Constitucional António Luís Santos da Costa.

Decreto do Presidente da República

nº 81-B/2022 - DR nº 63/2022,

2º Suplemento, Série I de 2022-03-30

Presidência da República

Nomeia Primeiro-Ministro do XXIII Governo Constitucional António Luís Santos da Costa.

Regulamento nº 332-A/2022

DR nº 64/2022, 1º Suplemento,

Série II de 2022-03-31

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P.

Aprova o Regulamento de Teletrabalho da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P.

Regulamento nº 348/2022

DR nº 70/2022, Série II de 2022-04-08

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P.

Primeira alteração ao Regulamento de Atribuição de Bolsas Excepcionais para Mitigação de Impactos da COVID-19 nas Atividades de Investigação.

Despacho nº 4209-A/2022

DR nº 71/2022, 2º Suplemento,

Série II de 2022-04-1

Educação - Gabinete do Ministro

Estabelece o calendário das matrículas e respetivas renovações para a educação pré-escolar e os ensinos básico e secundário para o ano letivo de 2022-2023.

Resolução do Conselho de Ministros

nº 41/2022 - DR nº 74/2022,

Série I de 2022-04-14

Presidência do Conselho de Ministros

Prorroga a declaração da situação de alerta, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

Deliberação nº 475/2022 - DR nº 75/2022,

Série II de 2022-04-18

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior

Estabelece as regras para a fixação de elencos de provas de ingresso em 2022-2023.

Decreto-Lei nº 30-E/2022 - DR nº 78/2022,

1º Suplemento, Série I de 2022-04-21

Presidência do Conselho de Ministros

Estabelece medidas excepcionais e temporárias no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

Resolução do Conselho de Ministros

nº 41-A/2022 - DR nº 78/2022, 1º Suplemento,

Série I de 2022-04-21

Presidência do Conselho de Ministros

Declara a situação de alerta, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.



Há +vantagens em ser associado(a) dos sindicatos da FNE

Clique aqui para consultar os protocolos

+vantagens fne



Responder à **crise** com

**melhores salários e
mais diálogo social**